



MUNICÍPIO DE CAMINHA

Gabinete de Candidaturas, Empreitadas e Aprovisionamento

Caderno de Encargos

57/2024_CPR_S- PRESTAÇÃO SERVIÇOS-RECREIAÇÃO DA ÉPOCA MEDIEVAL COM CAVALOS E ARTEFACTOS – CAMINHA MEDIEVAL 2024

PARTE I.....	2
CLAUSULAS JURÍDICAS	2
CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO	2
CLÁUSULA 2ª CONTRATO	2
CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO.....	2
CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE.....	2
CLÁUSULA 5ª DESEMPENHO AMBIENTAL	3
CLÁUSULA 6ª CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS	3
CLÁUSULA 7ª ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO.....	3
CLÁUSULA 8ª LOCAL E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DOS BENS/SERVIÇOS	3
CLÁUSULA 9ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	4
CLÁUSULA 10ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO	4
CLÁUSULA 11ª PREÇO BASE.....	4
CLÁUSULA 12ª CRITÉRIO ADJUDICAÇÃO	5
CLÁUSULA 13ª REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS.....	5
CLÁUSULA 14ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	5
CLÁUSULA 15ª RESPONSABILIDADES	5
CLÁUSULA 16ª FORÇA MAIOR	6
CLÁUSULA 17ª PENALIDADES CONTRATUAIS	7
CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CAMINHA	7
CLÁUSULA 19ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE.....	7
CLÁUSULA 20ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	7
CLÁUSULA 21ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	8
CLÁUSULA 22ª FORO COMPETENTE.....	8
CLÁUSULA 23ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO.....	8
CLÁUSULA 24ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	8
PARTE II.....	9

PARTE I

CLAUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **PRESTAÇÃO SERVIÇOS-REcriação DA ÉPOCA MEDIEVAL COM CAVALOS E ARTEFACTOS – CAMINHA MEDIEVAL 2024.**

CLÁUSULA 2ª CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO

1. O prazo de execução do serviço, será de 10 dias, tendo início a (21 de julho e termino a 30 de julho de 2024), nos termos especificados na **Parte II Clausulas Técnicas Especificas**, do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE

- a. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- b. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução do serviço objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
- c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do Município de Caminha;

- d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- e. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- g. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
- h. Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções nas instalações do Município de Caminha, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

CLÁUSULA 5ª DESEMPENHO AMBIENTAL

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. O cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

CLÁUSULA 6ª CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

1. O serviço objeto do contrato deve ser executado em perfeitas condições, para os fins a que se destina
2. O cocontratante é responsável perante o Município de Caminha por qualquer desrespeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que estão a ser executados.
3. Os Nadadores/equipamentos deverão estar homologados/certificados de acordo com a legislação e normas europeias em vigor no que diz respeito à sinalização e segurança.

CLÁUSULA 7ª ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO

1. Os serviços objeto do contrato devem ser executados no período mencionado na **Cláusula 3ª Prazo do contrato**, do presente caderno de encargos
2. Todas as despesas e custos com os equipamentos objeto do contrato e respetivos documentos para o local de execução são da responsabilidade do cocontratante.

CLÁUSULA 8ª LOCAL E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DOS BENS/SERVIÇOS

O serviço objeto do contrato será executado nos locais mencionados na **PARTE II, CLAUSULAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS**, do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 9ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O cocontratante obriga-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, aceitando regular esta questão em acordo de tratamento de dados, caso seja considerado necessário, acordo esse que ficará a constar em anexo ao contrato e que dele fará parte integrante.

CLÁUSULA 10ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Caminha de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 11ª PREÇO BASE

1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Caminha deverá pagar ao adjudicatário(s) o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode exceder o valor total de **€ 36.000,00 (trinta e seis mil euros), divididos pelos seguintes Lotes:**

Lote 1 - € 22.000- REcriação DA ÉPOCA MEDIEVAL COM CAVALOS E ARTEFACTOS

Lote 2 - € 14.000 - REcriação DE ACAMPAMENTO E OFÍCIOS MEDIEVAIS

O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo deslocações dos técnicos envolvidos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas ou patentes).

CLÁUSULA 12ª CRITÉRIO ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, onde o critério de adjudicação é densificado por um único fator/ aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º do CCP.

CLÁUSULA 13ª REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Não há lugar a revisão de preços durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA 14ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo Município de Caminha, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. As faturas deverão ser emitidas em nome **Município de Caminha**, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:
 - a. **N.º da encomenda e/ou n.º Compromisso ou contrato;**
 - b. A descrição dos bens fornecidos, incluindo a quantidade;
3. Em caso de discordância por parte do Município de Caminha, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.
5. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas.

 Para informação em formato E.D.I. o nosso Broker é a YET cius-pt.intervan@yetspace.com

faturaeletronica@cm-caminha.pt

 Município de Caminha, NIF – 500843139
6. O Município de Caminha não se responsabiliza pelo não cumprimento ou incumprimento defeituoso das especificações técnicas referentes ao sistema de faturação eletrónica.

CLÁUSULA 15ª RESPONSABILIDADES

1. O cocontratante responde perante o Município de Caminha por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.

2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o Município de Caminha vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

CLÁUSULA 16 ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham.
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais.
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem.
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 17ª PENALIDADES CONTRATUAIS

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Caminha pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento calculada consoante as datas e prazos da prestação do serviço referente do contrato segundo a seguinte fórmula:

$$M=50xD$$

Sendo M o montante da penalidade e D o número de dias/horas em atraso.

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Caminha pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até ao valor contratual.

Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do ponto n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Caminha tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

O Município de Caminha pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Caminha exija uma indemnização pelo dano excedente

CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CAMINHA

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Caminha pode resolver o contrato, a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
- b) Violação dos princípios e compromissos de não tolerância ao assédio assumidos pelo Município de Caminha

CLÁUSULA 19ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

CLÁUSULA 20ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 21ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nos termos do Código dos Contratos Públicos, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 22ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 23ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO

1. Nos termos do artigo 290.º-A, é designado a seguinte gestora do contrato em nome do Município de Caminha: **Monica Gonçalves**
2. Contactos do gestor do contrato: monica.goncalves@cm-caminha.pt
3. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do cocontratante e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.
4. O cocontratante obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

CLÁUSULA 24ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

PARTE II

CLAUSULAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REcriação DA ÉPOCA MEDIEVAL COM CAVALOS E ARTEFACTOS – CAMINHA MEDIEVAL 2024**Cláusulas técnicas**

O evento “Caminha Medieval” tem como objetivo a recriação histórica de um ambiente medieval através do comércio, das artes, ofícios, divertimentos, sabores e hábitos alimentares da Idade Média.

No ano de 1291, Caminha assistiu à criação da feira, anos após a outorga da carta de foral por D. Dinis (24 de julho de 1284), em carta dirigida aos “homens-bons” da vila, inserida num conjunto de medidas económicas destinadas a fomentar a prosperidade económica, social e cultural do concelho. Pretendia-se complementar as fragilidades do mercado interno e incrementar as reuniões sociais, estimulando o convívio entre os produtores, mercadores e compradores. Em Caminha, artesãos, mercadores e taberneiros, provenientes dos mais diversos locais do reino de Portugal, fabricavam e comercializavam os seus produtos.

A vila de Caminha é detentora de um centro histórico de grande riqueza patrimonial, cuja configuração remonta à época medieval, e que a Câmara Municipal de Caminha pretende valorizar, potenciar e promover. É com base nestes princípios que surge a Feira Medieval de Caminha, um evento promovido por esta autarquia.

Pretende-se ao longo de cinco dias criar um espaço e ambiente lúdico e de fruição, onde os visitantes possam vivenciar e assistir a algumas experiências associadas às vivências da época medieval.

Assim, pretende-se contratar o **serviço de recriação da época medieval com cavalos e artefactos**, considerando os seguintes aspetos em cada lote:

LOTE 1

Para este lote devem ser considerados os seguintes aspetos:

Este evento tem o seu início com a sua montagem em 21/07 e desmontagem em 30/07/2024.

As atividades do evento decorrerão de 24 a 28 de julho, no seguinte horário:

- Dias 24 e 25 de julho – quarta-feira e quinta-feira: 18h00 às 00h00
- Dia 26 de julho – sexta-feira: 18h00 às 01h00
- Dia 27 de julho - Sábado: 11h00 às 01h00
- Dia 28 de julho - domingo: 11h00 às 00h00

Os horários poderão vir a ser adaptados e alterados, caso se considere necessário.

O evento decorrerá no casco histórico da vila de Caminha, nomeadamente a Rua Ricardo Joaquim de Sousa (Rua Direita), Largo dos Combatentes, Largo da Igreja Matriz, Largo Calouste Gulbenkian, Largo Fetal Carneiro, Rua D. Nuno Álvares Pereira, Rua 16 de setembro, Praça Conselheiro Silva Torres, Rua Visconde Sousa Rego, Rua de São João, Rua da Corredoura, Rua de Santo António, Zona envolvente ao convento de Santo António.

- Os trabalhos apresentados deverão considerar todas as necessidades, tarefas, materiais e estruturas associadas à concretização e realização do evento.
- As montagens necessárias deverão estar concluídas até às 12 horas do dia 24 de julho e as desmontagens deverão estar finalizadas até às 12 horas do dia 31 de julho de 2024.
- Especificações técnicas e principais atividades a desenvolver:

CAVALARIÇAS CAVALOS	a) 6 cavalos* de raça <i>Lusitano</i> e 2 de raça <i>Frísio</i> e os respetivos cavaleiros e indumentária; - Os 2 cavalos de raça <i>Frísio</i> devem liderar os cortejos, dado o seu temperamento dócil, que se mantenham calmos e controláveis - preparados para circular no meio da população e habituados ao ruído e atividades culturais do género; - Os 6 cavalos de raça <i>Lusitano</i>, para cortejos e torneio medieval, que se mantenham calmos e controláveis - preparados para circular no meio da população e habituados ao ruído e atividades culturais do género; - A indumentária dos cavaleiros deve condizer com a gualdrapa dos cavalos e estar de acordo com a temática de D. Dinis; - Os cavalos deverão ser montados com selas tipo portuguesas e cabeçadas de honra. - * <i>Deverão fazer prova da participação dos animais mencionados na alínea a) em pelo menos 10 eventos de natureza semelhante;</i> - * <i>Deverá ser anexada à proposta, cópia do Passaporte/Documento de Identificação de Equinos (DIE) dos 6 cavalos;</i>
	b) Montagem de cavaleriças respetivas;
	c) A segurança dos estábulos e dos animais fica à responsabilidade do prestador de serviço;
	d) O encaminhamento dos resíduos produzidos na área das cavaleriças são da responsabilidade do prestador de serviço;
	e) Devem cumprir com as condições sanitárias para acesso à Caminha Medieval (em anexo);
	f) Montagem e desmontagem a definir pela organização.

ESPETÁCULOS DIÁRIOS LIÇA	a) Recriação de espetáculo equestre e torneio medieval com cavalos e cavaleiros a realizar todos os dias, em horário a definir (no mínimo duas atuações por dia e duração mínima de 25 minutos e no fim de semana o mínimo de três, podendo as mesmas ser ajustadas de acordo com o horário da feira);
	b) Recriação de luta corpo-a-corpo com 4 homens guerreiros com experiência*; * <i>Deverão fazer prova da participação em eventos de natureza semelhante;</i>
	c) Montagem de uma liça onde se realizam as justas e torneios; - Deve incluir o Mestre da Liça.
	d) Conceção e preparação de um espetáculo para ser apresentado no sábado à noite, cumprindo o rigor histórico, que represente o cenário da época, de acordo com um momento histórico do reinado de D. Dinis (este ano, a comemorar os 740 anos da outorga do foral a Caminha); - Deverão juntar uma sinopse do mesmo.
	e) Patrulhas diárias com cavaleiros em desfile pelas ruas do burgo (em horário a definir).

Local: Largo da Igreja Matriz

CORTEJO/DESFILE FIGURAÇÃO	a) Integração de cavaleiros e cavalos e figurantes no cortejo de abertura e encerramento da feira (no dia 24 e 28 de julho, de acordo com as orientações dadas pela organização);
	b) Coordenação, encenação e interpretação do momento de abertura e encerramento da feira.

- Deverão fazer prova do Alvará de Animação Turística e respetivo seguro.

- Os valores a apresentar deverão ter em conta toda a logística para a realização das demonstrações, ambientação, recursos humanos - figurinos/apresentador/relatores/arauto, montagem/ desmontagem, transporte/deslocação, alimentação (animais e humanos), equipamento de som e luz para a realização de todas as atividades/serviços, tendo em conta o espaço e tipo de espetáculo, licenças e outros encargos decorrentes das mesmas.

- Salvaguarda-se ainda que a limpeza e salubridade do espaço destinados a este lote, é da responsabilidade do fornecedor do serviço.

LOTE 2

Para este lote devem ser considerados os seguintes aspetos:

REcriação DE ACAMPAMENTO E OFÍCIOS MEDIEVAIS	a) Representação de ofícios medievais com 6 tendas (ferreiro, cartógrafo, canteiro, ferrador, carpinteiro, caça e pesca, oleiro, curtimento de peles, cozinha ou outros) devendo especificar o tipo de tenda e a dimensão; - Esta representação deve incluir workshops com o público.
	b) Montagem de acampamento medieval, com o mínimo de 10 tendas que representem a vida quotidiana medieval (artes e ofícios, refeições e convívio, de caráter religioso e militar).
	c) Ambientação e decoração de toda a zona amuralhada.

No Acampamento Medieval pretendemos dar ao público (crianças e adultos) a possibilidade de apreciar as vivências dos nobres cavaleiros e da Alta Nobreza. Os hábitos, a alimentação e o treino do dia-a-dia e onde possam ser realizadas várias ações didáticas com interação com os visitantes, entre elas:

- A manutenção e reparação do material militar, através das atividades de alguns artesãos ou mesteiros, nomeadamente ferreiro, carpinteiro, lavadeiras e armeiro, entre outros;
- O treino de cavaleiros, demonstração de destreza no manuseamento de espada;
- A exposição de artefactos militares e armamento medieval, de artilharia ligeira, de instrumentos de autoridade régia e de tortura;
- A criação de jogos, aventuras e desafios para os mais pequenos.

ÁREA LÚDICO - INFANTIL	a) Espaço pedagógico com características de acampamento militar;
	b) Prática de tiro com arco e besta, físga e lança, tiro de trabuco ou outro;
	c) Jogos medievais e desafios, obstáculos e aventuras para infantis e juvenis (circuito de andas, barrotes, catapulta, etc.), com 10 jogos/atividades diferentes, no mínimo.

Local: Largo da Igreja Matriz

Os valores a apresentar deverão ter em conta toda a logística para a realização das demonstrações, ambientação, recursos humanos, montagem/ desmontagem, transporte/deslocação, alimentação, equipamento de som e luz para a realização de todas as atividades/serviços, tendo em conta o espaço, licenças e outros encargos decorrentes das mesmas.

Salvaguarda-se ainda que a limpeza e salubridade do espaço destinados a este lote, é da responsabilidade do fornecedor do serviço.

